



Pastore não acha recessão uma coisa inevitável

Pastore tem saída para crise com abandono da ortodoxia monetarista

Se o Brasil estiver disposto a abandonar a ortodoxia monetarista em troca do uso acertado dos instrumentos fiscais e de um ajuste na política salarial, o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Afonso Celso Pastore, acredita que o país pode chegar a resultados positivos capazes de impedir uma retomada do processo recessivo, algo que ele não considera nem necessário, nem inevitável, seja para reduzir a inflação, seja para assegurar o equilíbrio do balanço comercial.

A seu ver, há de se fazer alguma coisa que mude o comportamento das taxas de juros. Sem isso, acha praticamente impossível reatuar o ritmo dos investimentos privados e levá-los a um volume capaz de compensar os efeitos recessivos de uma política fiscal mais ajustada, como aconteceu durante o tão bem-sucedido ajustamento feito na economia brasileira em meados dos anos 60.

É bem verdade que, naquele tempo, como lembra o próprio Secretário paulista, a incipiente indústria de bens de capital pôde deslanchar rapidamente, enquanto hoje ela já amarga elevados índices de ociosidade. Também é fato que, então, os juros internos não vinham sendo pressionados para cima pelo mercado aberto, nem mantidos deliberadamente elevados para viabilizar uma maior captação de recursos externos.

DOIS MOMENTOS

De qualquer forma, isso é apenas uma constatação da grande diferença existente entre os dois momentos e não invalida o seu ponto de vista de que no estímulo aos investimentos privados está uma das componentes de um saudável esquema anti-recessivo. Até porque os juros, tanto nos financiamentos internos quanto nos externos, penalizam sobretudo quem se dispõe a investir. "E isso não é nada saudável."

Tanto não é que ele reconhece que, se fosse empresário privado, estaria agindo da mesma forma que está a grande maioria dos empresários brasileiros com os pés no chão: investindo o mínimo possível, "apenas com vistas ao aumento da produtividade"; trabalhando com estoque reduzido e criando condições técnicas para uma eventual redução da produção, "ditada pela escassez de crédito".

Pastore também sabe que, em qualquer caso, as coisas correriam bem melhores para o Brasil caso a comunidade financeira internacional realmente se desse conta do grande risco que está correndo em função de uma ordem econômica que elas próprias ajudaram a estabelecer e de cujos efeitos negativos buscam escapar ilesas, como se isso fosse possível sem a colaboração de todos.

POSIÇÃO CONFORTÁVEL

Que o risco existe, existe. Que é grande, é.

Para se ter uma idéia do que ele representa basta somar o montante das dívidas externas do Brasil, da Argentina e do México e ver que ele beira os 200 bilhões de dólares. Ou seja: se apenas esses três países recorressem simultaneamente aos créditos de emergência do Fundo Monetário Internacional ele não teria como bancar o socorro. E a maior parte da carga teria de ser assumida mesmo pelos bancos privados.

Disso tudo, pode-se concluir que, mesmo com uma dívida externa beirando os 80 bilhões de dólares, o Brasil encontra-se hoje numa situação razoavelmente confortável. Afinal, ou a comunidade financeira assume uma posição mais e realista, que asseguraria ao país tranquilidade necessária na rolagem dessa dívida, ou ela se mantém inflexível, coisa que Pastore considera pouco provável, "e mergulhamos todos numa derrocada geral, em que todos partilhariam perdas e ganhos".